



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO N.º 2, DE 2014 – CN, PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES ENVOLVENDO A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRÁS), OCORRIDAS ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2014 E RELACIONADAS À COMPRA DA REFINARIA DE PASADENA, NO TEXAS (EUA); AO LANÇAMENTO DE PLATAFORMAS INACABADAS; AO PAGAMENTO DE PROPINA A FUNCIONÁRIO DA ESTATAL; E AO SUPERFATURAMENTO NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS.

REQUERIMENTO N.º , DE 2014

(Do Senhor Izalci)

CPMI-PETRO

**Requerimento
Nº 893/14**

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO da Sra. **Graça Foster**, para prestar esclarecimentos.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal c/c o art. 151 do Regimento Interno do Congresso Nacional) de regência, requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO da Sra. **Graça Foster**, para prestar esclarecimentos.

JUSTIFICAÇÃO



CONGRESSO NACIONAL

No dia 12 de novembro de 2014, o jornal *Folha de São Paulo* publicou matéria¹ dando conta de que o Ministério Público da Holanda anunciou, na mesma data, que a empresa SBM Offshore aceitou um acordo para pagar US\$ 240 milhões como punição por casos de pagamento de propina em Angola, Guiné Equatorial e no Brasil.

E acordo com o que apontou a procuradoria holandesa, a empresa fez “pagamentos impróprios” no montante de US\$ 200 milhões. Desse valor, US\$ 180 milhões foram destinados à obtenção de contratos nos três Países investigados, no período compreendido entre os anos de 2007 e 2011.

Conforme já noticiado por diversos órgãos da imprensa brasileira, os valores envolvidos alcançariam a soma de US\$ 139 milhões. No mês de abril do ano em curso, de acordo com o que aponta a *Folha*, a companhia holandesa SBM Offshore declarou ter repassado esse valor a um representante no Brasil, mas informou que, “apesar dos indícios, não encontrou provas de que funcionários públicos receberam dinheiro”.

Contudo, em seu comunicado, o Ministério Público da Holanda consignou que as trocas de informações realizadas com autoridades estrangeiras “estabeleceram que pagamentos foram feitos de empresas de um agente brasileiro para servidores do governo brasileiro”, dados que, conforme mencionou a procuradoria, estavam “inacessíveis” à SBM.

Nada obstante não terem seus nomes citados na nota emitida pelo *Parquet* holandês, empresas ligadas a Julio Faerman, que representou comercialmente a SBM Offshore no Brasil por trinta anos, até 2012, teriam sido utilizadas pela companhia holandesa para pagar propinas a agentes políticos e a funcionários da Petrobras, conforme revelou reportagem

¹Disponível em:

<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1546852-holanda-pune-cliente-da-petrobras-em-us-240-milhoes-por-casos-de-propina.shtml>.



CONGRESSO NACIONAL

publicada pelo jornal *Valor Econômico*, na data de 13 de fevereiro de 2014².

A matéria supracitada revelou a existência e o conteúdo da denúncia que teria sido feita por um ex-funcionário da SBM Offshore na página da companhia na Wikipedia, bem como sobre a investigação interna instaurada pela companhia holandesa para apurar as irregularidades elencadas. Eis a transcrição do trecho mais significativo da reportagem:

“(...) Detalhes da investigação se tornaram públicos a partir de denúncias de um ex-funcionário da SBM, publicadas no Wikipedia no ano passado. Segundo o ex-funcionário, entre 2005 e 2011 a SBM pagou US\$ 250 milhões em subornos, dos quais mais da metade, precisamente US\$ 139 milhões, teriam sido desembolsados por meio de “comissões” a intermediários e a funcionários da Petrobras, para obter contratos junto à estatal. A SBM tem participação majoritária em nove plataformas atualmente alugadas ou encomendadas pela estatal.

Segundo a denúncia, os pagamentos teriam sido feitos por intermédio do representante comercial da SBM no Brasil, Julio Faerman, e empresas ligadas a ele, entre elas a Faercom Energia Ltd., JF Oildrive Consultoria em Energia Petróleo, Bienfaire, Jandell, Journey Advisors e Hades Production Inc. Das “comissões” (sempre mencionadas entre aspas) de 3% pagas a Julio Faerman (ou JF), 1% seria destinado a ele e suas empresas e “2% a funcionários da Petrobras”. Não são informados nomes.

Em um trecho da denúncia, o ex-funcionário descreve uma conversa que teria tido com o presidente da SBM, Bruno Chabas (identificado como BC), em que ele teria dito, sobre os pagamentos a Faerman, que não era possível excluir a possibilidade de os pagamentos no Brasil terem tido como objetivo financiar partidos políticos. O *Valor* não conseguiu entrar em contato com Julio Faerman.”

À época, as empresas Faercom e Oildrive, apontadas nas denúncias como intermediárias dos pagamentos de propina no Brasil, negaram, por meio de nota, qualquer envolvimento no episódio³.

² Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3428586/investigacao-de-suborno-da-sbm-inclui-petrobras#ixzz3lrVM9BtI>.

³ Conforme noticiado pelo jornal *O Globo*, em matéria disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2014/03/petrobras-diz-nao-ter-encontrado-evidencia-de-suborno-funcionarios.html>.



CONGRESSO NACIONAL

Nada obstante essa negativa, com base na notícia veiculada pelo jornal *Valor Econômico*, a Petrobras instaurou, na data de 13 de fevereiro do corrente ano, comissão interna de auditoria para apurar as denúncias. Aludida comissão de apuração foi coordenada por Pedro Aramis de Lima Arruda, Gerente de Segurança Empresarial da Petrobras.

No último dia do mês seguinte, é dizer, em 31 de março de 2014, a Petrobras publicou, nos principais jornais em circulação no País, a nota reproduzida a seguir, informando que a comissão de apuração interna responsável pelas investigações do suposto envolvimento da companhia nos episódios do pagamento de propinas pela SBM Offshore não encontrou elementos aptos a corroborarem o teor das denúncias. Vejamos:

“SBM Offshore: Conclusão da Apuração Interna

A Petrobras informa que a Comissão Interna de Apuração, constituída em 13/02/2014, para averiguar as denúncias de supostos pagamentos de suborno a empregados da Companhia, envolvendo a empresa SBM Offshore, concluiu que, baseada nos trabalhos realizados e restrita à sua competência, regulamentar, não encontrou fatos ou documentos que evidenciem pagamento de propina a empregados da Petrobras.

Ainda durante os trabalhos da referida Comissão Interna, foram prestados esclarecimentos à Controladoria-Geral da União e ao Ministério Público Federal.

O Relatório final da Comissão Interna de Apuração da Petrobras será encaminhado à Controladoria-Geral da União, ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal.”⁴

Ao discorrer sobre as investigações, no depoimento que prestou à CPI da Petrobras no Senado Federal, em 03 de junho de 2014, o coordenador da comissão de auditoria interna e Gerente de Segurança Empresarial da Petrobras, Pedro Aramis de Lima Arruda, declarou que aludida comissão chegou a deslocar-se para a Holanda, onde teve “acesso a um conjunto grande de documentos”.

⁴ Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/sbm-offshore-conclusao-da-apuracao-interna.htm>.



CONGRESSO NACIONAL

Após retornar ao Brasil, ainda de acordo com o que afirmou o Gerente de Segurança Empresarial da Petrobras, a comissão compulsou o material produzido pelo setor de auditoria da companhia, com base na análise dos contratos celebrados entre a companhia e a SBM Offshore, entrevistou um total de vinte e quatro pessoas e foi “até onde possível, aplicando todas as ferramentas que estavam ao nosso dispor” (destacou-se).

Em 17 de novembro passado, diversos órgãos de imprensa brasileiros noticiaram que, de acordo com a presidente da Petrobras, Graça Foster, a SBM havia admitido ter pago propina a funcionários da estatal. Eis o teor de alguma das matérias veiculadas:

“Petrobras admite ter recebido confirmação de propina da SBM

**SAMANTHA LIMA
LUCAS VETTORAZZO**

DO RIO
17/11/2014 17h16

A presidente da Petrobras, Graça Foster, admitiu, nesta segunda-feira, que já tinha, desde meados do ano, a informação de que a SBM Offshore fez pagamento de propina a “empregado ou ex-empregado da Petrobras”, admitida pela própria fornecedora, sediada na Holanda. Até então, a Petrobras não havia comunicado oficialmente que tinha recebido tal informação.

O que vinha sendo dito –e foi repetido na última sexta-feira, quando a Petrobras voltou ao tema por meio de um comunicado– era que uma comissão de apuração criada em fevereiro, quando as denúncias tornaram-se públicas, havia investigado internamente, durante 45 dias, mas nada havia sido descoberto. E que, depois disso, a apuração continuou, e relatórios complementares haviam sido enviados à Controladoria Geral da União e o Ministério Público Federal. O comunicado da semana passada foi emitido no contexto do acordo fechado entre o Ministério Público holandês, que investigava o caso, e a SBM.

Adriano Ishibashi/Frame/Folhapress



CONGRESSO NACIONAL



A presidente da Petrobras, Graça Foster, durante coletiva na empresa nesta segunda-feira no Rio

"Passadas algumas semanas, alguns meses [da Investigação Interna da Petrobras], eu fui informada de que havia, sim, pagamentos de propina para empregado ou ex-empregado de Petrobras. Imediatamente, e imediatamente é 'imediatamente', é que informamos a SBM de que ela não participaria de licitação conosco enquanto não fosse identificada a origem, o nome de pessoas que estão se deixando subornar na Petrobras. E é isso que aconteceu, tivemos uma licitação recente, para plataformas nos campos de Libra e Tartaruga Verde, e a SBM não participou.

A SBM foi eliminada das licitações em maio.

Graça disse que não tem informação de quanto foi recebido nem de quem.

"Fomos à Holanda, aos Estados Unidos, sem sucesso. Até hoje não sabemos nem nem quanto. Quem paga é a SBM quem paga não está participando das licitações", disse.

Pelo acordo fechado com o Ministério Público holandês, a SBM comprometeu-se a pagar US\$ 240 milhões para encerrar as investigações.

Em relatório, os procuradores holandeses dizem que a empresa não encontrou provas concretas de pagamento de propinas, mas as investigações do Ministério Público teriam confirmado tais pagamentos. Na semana passada, o presidente da Controladoria Geral da União, Jorge Hage, havia afirmado que as investigações do órgão levavam a "fortes indícios" de recebimento de propina por parte de seis diretores da Petrobras. Outros 14 funcionários estariam sob investigação. A CGU também abriu processo contra a fornecedora de plataforma. Por enquanto, a SBM é a única empresa que parou de negociar com a Petrobras em decorrência de denúncias de corrupção, por ter admitido terem ocorrido as irregularidades.

"De imediato isso é uma prova avassaladora. Se existe isso dito pela empresa, a empresa teve de esclarecer este ponto. Infelizmente, só teve a informação da semana passada, mas a empresa continua não



CONGRESSO NACIONAL

atendendo a nós", disse o diretor de Exploração e Produção da Petrobras, José Formigli.⁵

“Graça Foster diz que empresa holandesa admitiu ter pago propina a funcionários da Petrobras

Contratos com a SBM Offshore, porém, não serão suspensos pela estatal

por bruno rosa / ramona ordoñez

17/11/2014 15:18 / Atualizado 17/11/2014 16:42

RIO - A presidente da Petrobras, Graça Foster, afirmou nesta segunda-feira que recebeu a confirmação oficial da SBM Offshore de que houve pagamento de propina a funcionários da Petrobras. A holandesa, que faz leasing de plataformas de petróleo, informou na semana passada ter fechado acordo de US\$ 240 milhões com autoridades holandesas para encerrar as investigações e não ser processada por suborno. É a primeira vez que há confirmação oficial do pagamento de propina por parte da holandesa à Petrobras.

— A SBM oficializou para nós há meses atrás que pagou e corrompeu empregados da Petrobras. Então, não tem a menor chance de continuar trabalhando conosco até que tudo esteja absolutamente esclarecido — revelou Graça, em entrevista coletiva na sede da estatal.

Graça lembrou que a SBM não está mais participando de novas licitações da Petrobras enquanto o assunto não for completamente esclarecido. Mas ela destacou que os oito contratos que estão em andamento com a empresa seguem em ritmo normal:

— Temos contratos com a SBM de (operação de) oito FPSOS, com performance acima da média. Não vamos interromper contratos com ela nem com outras empreiteiras que estão trabalhando conosco até que tenhamos informações que sejam tão

⁵ Notícia publicada pela versão online do jornal *O Estado de São Paulo* em 17.11.2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1549387-petrobras-admite-ter-recebido-confirmacao-de-propina-da-sbm.shtml>.



CONGRESSO NACIONAL

avassaladores assim que justifique que nos encerremos contratos — disse a executiva.

A Petrobras esclareceu que, se identificado uma não conformidade em processo contratual, e confirmando procedimento irregular, a empresa pode ser suspensa de seis meses a dois anos.

ENTENDA O CASO

A polêmica veio à tona em fevereiro, quando a mídia holandesa publicou reportagem sobre suspeitas de pagamento de propinas pela SBM à Petrobras. Segundo denúncia de um ex-funcionário da SBM, a companhia teria mantido um esquema de suborno em vários países para obter vantagens em contratos de afretamento e operação de plataformas, que teria alcançado a cifra de US\$ 250 milhões. Deste valor, US\$ 139 milhões teriam sido repassados à Petrobras, segundo as denúncias.

A SBM Offshore informou em 2012 que estava investigando supostos pagamentos envolvendo vendas através de intermediários entre 2007 e 2011 e levou o caso à Justiça holandesa. Depois, admitiu que poderia ter violado leis anticorrupção e que poderia estar sujeita a investigação criminal em países africanos.

Em abril, a SBM Offshore confirmou que pagou os US\$ 139 milhões a representantes brasileiros, mas informou que, apesar dos indícios, não havia encontrado qualquer tipo de irregularidade sobre possíveis subornos a funcionários públicos ou representantes de empresas.

“A respeito do Brasil, existem algumas suspeitas, mas a investigação não encontrou nenhuma evidência em que a companhia, ou algum de seus agentes, tenha feito pagamentos impróprios a agentes do governo (incluindo funcionários de empresas estatais). Ao contrário, a empresa prestou serviços legítimos no maior mercado da companhia.”, disse a SBM em nota oficial.

Também em abril, a Petrobras anunciou que sua investigação interna não havia encontrado “fatos ou documentos que evidenciem pagamento de propina a empregados”. De acordo com a investigação interna da SMB, foram encontradas evidências de que agentes em Angola (US\$ 18,8 milhões) e na Guiné Equatorial (US\$ 27,7 milhões) podem ter subornado funcionários do governo.



CONGRESSO NACIONAL

Com o acordo, a SBM Offshore não será processada na Holanda, mas os indivíduos envolvidos no caso podem enfrentar acusações em outros países. Ele encerra uma investigação de dois anos e meio sobre pagamentos impróprios feitos a agentes de vendas em Angola, Brasil e Guiné Equatorial entre 2007 e 2011.

CGU VAI ABRIR PROCESSO

No Brasil, a Controladoria Geral do União (CGU) determinou semana passada a abertura de processo de responsabilização contra a holandesa. As investigações vão apurar a possível obtenção de vantagens indevidas pela empresa e o pagamento de propina a agentes públicos federais durante contratos com a Petrobras.

Caso sejam comprovadas as irregularidades, a holandesa ficará impedida de celebrar novos contratos com a Petrobras. Se assinar um acordo de leniência e se comprometer a colaborar com as investigações, a punição pode ser suspensa. De acordo com a CGU, a SBM já demonstrou interesse em negociar um possível acordo.

Além do processo de responsabilização da SBM, foram instaurados seis processos punitivos contra empregados, ex-empregados e ex-diretores da Petrobras. Eles serão ouvidos e responsabilizados individualmente, caso os atos ilícitos fiquem comprovados.

As investigações da CGU começaram em abril e foram feitas entrevistas; exame de documentos, e-mails, CDs e arquivos digitais de computador; análise de dados patrimoniais e de renda dos empregados e ex-diretores; além de apurações relativas a registro de viagens e de emissão de passaportes.”⁶

“Presidente da Petrobras admite que foi informada sobre propina da SBM

Graça Foster reconheceu que a empresa vive um dos momentos mais difíceis e dolorosos de sua história.

⁶ Matéria veiculada pela versão online do jornal O Globo, em 17.11.2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/petroleo-e-energia/graca-foster-diz-que-empresa-holandesa-admitiu-ter-pago-propina-funcionarios-da-petrobras-14581896#ixzz3JQU5EPel>.



CONGRESSO NACIONAL



A presidente da Petrobras admitiu que sabia que funcionários receberam propina da empresa holandesa SBM Offshore. A presidente da Petrobras reconheceu que a empresa vive um dos momentos mais difíceis e dolorosos de sua história. "Do mesmo tempo que isso é ruim para nós, o clima fica tenso. Nós temos o dever de resolver isso, o dever de fazer com que os filtros tenham uma malha mais apertada, que a gente tenha mais recursos para que não aconteça de novo", afirma a presidente da Petrobras, Graça Foster.

Durante mais de três horas, Graça Foster e os diretores falaram sobre o impacto da corrupção nas contas da empresa. Primeiro numa teleconferência com investidores, depois numa entrevista coletiva. Foster afirmou que as denúncias de desvios de recursos para o pagamento de propina devem ter impacto nos resultados da companhia. Por isso a divulgação a divulgação do balanço contábil foi adiada.

"Foi o depoimento de 8 de outubro de 2014 feito pelo senhor Youssef e pelo ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto que trouxe as tais provas emprestadas para nós e foi a partir dali que nós entendemos que não estaríamos prontos para elaborar de forma fidedigna as nossas demonstrações contábeis", diz Graça Foster. Obras que sofreram desvios de dinheiro terão seu valor real revisado para baixo.

No esforço de recuperar a credibilidade afetada por denúncias de corrupção, a presidente da Petrobras, Graça Foster, anunciou que está em discussão a criação da diretoria de governança, para dar mais transparência e assegurar que leis e regulamentos sejam sempre respeitados na empresa.



CONGRESSO NACIONAL

Dois escritórios de advocacia, no Brasil e nos Estados Unidos, foram contratados por mais de R\$ 18 milhões para ajudar no ressarcimento do dinheiro desviado. Sobre o envolvimento de grandes empresas com contratos milionários com a Petrobras, que tiveram seus diretores presos pela Polícia Federal, Foster assegurou que, até que os crimes fiquem, nenhuma obra ou projeto em andamento será interrompido. A prioridade, segundo ela, é continuar aumentando a produção de gás e petróleo, que bateu recorde no mês passado. Já a SBM Offshore, empresa holandesa que assumiu ter pago propina, ficará impedida de participar de novas licitações.

"Ela oficializou para nós, meses atrás, que pagou, que corrompeu empregados da Petrobras, então não tem a menor chance de continuar trabalhando conosco até que tudo esteja absolutamente esclarecido", diz Graça Foster.

No balanço divulgado nesta segunda-feira (17), a Petrobras não anunciou o resultado financeiro, que só será conhecido no dia 12 dezembro, e ainda vai passar, depois, por uma auditoria externa."⁷

Do exposto, reputa-se necessária a vinda de **Graça Foster** para prestar esclarecimentos a esta Comissão.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 2014.

DEPUTADO IZALCI
PSDB/DF

DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY
PSDB/BA

⁷ Matéria exibida no *Jornal Nacional* de 17.11.2014.